

Reflexões sobre o ensino de Antropologia na Educação Básica

Reflections on teaching Anthropology in Basic Education

Reflexiones sobre la enseñanza de la Antropología en la Educación Básica

*Fernanda Valli Nummer¹
Luana Rosa da Silva²
Adriany Souza da Silva de Lima³*



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe16052>

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar um debate, baseado em revisão de literatura, sobre a importância das perspectivas antropológicas no Ensino Fundamental e Médio na disciplina de Sociologia. As reflexões entendem a singularidade dessa disciplina para desnaturalizar perspectivas pré-concebidas sobre a sociedade e a cultura. Os argumentos finais apontam que o ensino de temas tradicionais à Antropologia deve ser ministrado por professores graduados em Ciências Sociais e suas contribuições na formação dos discentes da educação básica.

Palavras-chave: Educação Básica. Ensino de Antropologia. Sociologia.

Abstract: This article aims to present a debate, based on a literature review, on the importance of anthropological perspectives in Elementary and Secondary Education in the discipline of Sociology. The reflections understand the uniqueness of this discipline to denaturalize preconceived perspectives on society and culture. The final arguments point out that the teaching of traditional themes to Anthropology should be taught by teachers graduated in Social Sciences and their contributions in the formation of students of basic education.

Keywords: Basic Education. Teaching of Anthropology. Sociology.

¹ Universidade Federal do Pará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1764017693195546>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9495-3061>. Contato: fernandanummer@gmail.com

² Universidade Federal do Pará. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0845-9201>. Contato: rosaluana016@gmail.com

³ Universidade Federal do Pará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7896070979762146>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6817-3985>. Contato: adrianylima.2014@gmail.com



Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar un debate, basado en una revisión de la literatura, sobre la importancia de las perspectivas antropológicas en la Educación Primaria y Secundaria en la disciplina de Sociología. Las reflexiones comprenden la singularidad de esta disciplina para desnaturalizar perspectivas preconcebidas sobre la sociedad y la cultura. Los argumentos finales señalan que la enseñanza de temas tradicionales a la Antropología debe ser impartida por profesores graduados en Ciencias Sociales y sus aportes en la formación de estudiantes de educación básica.

Palabras clave: Educación básica. Enseñanza de la Antropología. Sociología.

1. INTRODUÇÃO

Esse texto surgiu da necessidade de produzir uma reflexão teórica sobre a literatura já existente e ampliar as análises sobre o ensino de Antropologia na Educação Básica. A necessidade surgiu durante a realização de um projeto de Monitoria que visou ministrar a disciplina de Antropologia para os cursos de licenciatura em Ciências Sociais e Filosofia, na Universidade Federal do Pará (UFPA), durante o período de ensino remoto. A literatura encontrada sobre o ensino de Antropologia voltada para a Educação Básica divergia em alguns fatores fundamentais, como temas, formação dos professores e objetivos do ensino de Antropologia dentro da disciplina de Sociologia e nenhuma discutia o tema baseando-se na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (BRASIL, 2018). A metodologia adotada recorreu à plataforma *Google Acadêmico*, fazendo uso das palavras-chaves sobre o assunto abordado: Ensino de Antropologia e Educação Básica.

Logo, mediante as mudanças do ensino na Educação Básica, como a BNCC (BRASIL, 2018), e a Reforma do Ensino Médio, observam-se importantes preocupações que alguns pesquisadores da área do ensino de Sociologia têm com a manutenção do ensino da disciplina nas escolas, assim como a contratação e o manejo de professores sem a formação específica da área, ou seja graduação no curso de Ciências Sociais, para ministrar o ensino de Sociologia.

O curso de Ciências Sociais só surge no Brasil após a criação da disciplina de Sociologia nos cursos de nível superior e secundário, que passa por estagnação após a morte de Benjamin Constant, o influenciador responsável pela implementação da disciplina no país. Só após a Reforma Educacional Rocha Vaz, de 1925, que a disciplina voltou a ser ministrada, porém, apenas nas escolas secundárias e em 1928, passa a ser apresentada na formação de professores no antigo Magistério (DE FREITAS, 2016). Após esses impasses sobre a aplicação da disciplina no país, esta, ainda sofre sua retirada das grades de ensino secundário, após as ditaduras, e se mantendo apenas nos cursos



superiores. Apenas após a elaboração da Escola de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Distrito Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que o curso de Ciências Sociais passa a ser realizado no país.

A Medida Provisória (MP) nº 746/2016 (BRASIL, 2016) retirou a obrigatoriedade da Sociologia no ensino básico e assim, observa-se os desafios que a disciplina enfrenta no sistema educacional, já que ela é aplicada apenas como parte do campo das Ciências Humanas e Sociais aplicadas, juntamente com História, Geografia e Filosofia. Mas tendo em vista que as Ciências Sociais são estruturadas em três grandes áreas: Sociologia, Antropologia e Ciência Política, no ensino básico se convencionou em denominar apenas a Sociologia, o que acabou generalizando o campo das Ciências Sociais e reduzindo, de modo geral, as especificidades que ela aborda. Desse modo, pensar a Antropologia enquanto um campo do conhecimento das humanidades, pode contribuir na formação básica dos estudantes com seus conceitos e categorias tratados.

No entanto, ainda que seja possível observar a presença e o reconhecimento da Antropologia em discussões que tratam de temas, como: a questão de identidade, gênero e cultura, nos chama atenção para que pouco se questiona nos debates a respeito da função da Antropologia implementada na Educação Básica e a sua relevância para o ensino dela no ensino básico. Assim, com as diversas mudanças ocorrendo para que haja a permanência da disciplina de Sociologia nas escolas, nota-se também os obstáculos enfrentados pela mesma, pois sabe-se que tanto ela quanto a Antropologia, enquanto áreas das Ciências Sociais, podem contribuir para a formação do sujeito social consciente.

Em vista disso e, analisando os desafios encontrados no ensino básico, a razão pela qual essa revisão foi consolidada, surgiu a partir da análise de uma lacuna no ensino de Antropologia na formação básica – que não está inserido no componente curricular, de examinar os espaços para o ensino de Antropologia (disciplinas e seus temas), de detectar quem deve ensinar Antropologia e de indagar sobre o ensino de Antropologia através de temas e experiências.



2. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NA FORMAÇÃO BÁSICA E ENSINO MÉDIO

É primordial ter em mente que a educação no Brasil era vista como um interesse privado e um privilégio que apenas poucos tinham acesso, mas, com a adaptação de conjunturas, o acesso ao ensino básico passou a ser considerado um direito de todos os cidadãos. Dessa forma, no Brasil, o reconhecimento da importância da Educação Básica passa ser enxergada e ela começa a ser regida por instâncias responsáveis e previstas em lei no Brasil, como no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, o qual afirma que: “a educação é direito de todos os cidadãos e é dever do Estado e da família prover e incentivar a educação, com o intuito de estimular a relevância da igualdade entre toda a população” (BRASIL, 2022 p. 173).

A Educação Básica é composta pelos diversos níveis do sistema de ensino no Brasil, dentre eles, a Educação Infantil, que se divide em duas etapas: Creche e Pré-escola. O item é definido pelo art. 11, da Lei de nº 9394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), item V, que também determina que é de responsabilidade do poder público municipal a oferta desse modelo de Educação Básica. Na Educação Infantil também consiste o Ensino Fundamental, que engloba o Fundamental I, primeiro ciclo, que abrange do 1º ao 5º ano, ministrado por professores formados em Pedagogia e existe ainda um segundo ciclo, o Fundamental II, constituído do 6º ao 9º ano, que conta com vários professores de áreas específicas. Também é função dos Municípios proporcionar este tipo de ensino à população. Além da formação anterior, a Educação Básica é complementada pelo Ensino Médio, que possui diversas modalidades de aplicação, sendo elas: Educação de Jovens e Adultos – EJA, Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, Educação Especial (oferecida para educandos com deficiências, transtornos globais, alta habilidades ou superdotação), Educação Profissional e Tecnológica, Educação Básica de Campo (fornecida para a população rural), Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola.

Nesse sentido, além de estar prevista em lei federal, é importante destacar os órgãos responsáveis por prover a Educação Básica no país. São eles: os Municípios, que têm o papel educacional de atuar nesse campo, previsto no artigo 211 § 2º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2022) e deste modo, dentro dos municípios, articulam-se os órgãos de educação, como a Secretaria Municipal de Educação (SME) e



o Conselho Municipal de Educação (CME); além deles, os Estados também são responsáveis pelo ensino básico, neste âmbito, o Conselho Estadual de Educação (CEE) e a Secretaria Estadual de Educação (SEE) aparecem como órgãos responsáveis; assim como o próprio Ministério da Educação (MEC) e a União.

Foi em 2013, apenas, que surge o início do processo de construção da BNCC (BRASIL, 2018), que passou, basicamente, por três momentos: 2013/2014, 2015/2016 e 2017/2018. Em seu primeiro momento, a sua elaboração estava sendo encabeçada pelo Ministério da Educação e as Universidades, que focaram nos "Direitos de Aprendizagem" e não necessariamente em orientar quais conteúdos seriam ministrados em cada etapa e série. Sendo assim, em sua segunda etapa, a discussão foi aberta para a participação da sociedade civil, que já incluiria as matrizes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Vale aqui ressaltar que, muitos pesquisadores do ensino de Sociologia afirmam que a elaboração da BNCC sofreu um ataque durante a sua construção, concomitante ao período em que ocorre o Impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016, visto que o documento ficou sem alteração até setembro de 2016, no momento em que ocorre a posse de Michel Temer, que, por sua vez, editou a Medida Provisória (MP) nº 746/2016, reformando o Ensino Médio e alterando a LDB de 1996. Após esse processo, uma nova equipe se torna responsável pela finalização da BNCC do Ensino Infantil e Fundamental, concluindo o documento em 2017, e outra equipe é determinada como incumbida da parte do Ensino Médio, entregando o documento completo em 2018.

A Base Curricular é uma resolução (CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017) que define que os municípios devem embasar suas grades curriculares de acordo com a mesma, visto que torna obrigatório, por lei, que todos os estudantes da Educação Básica no Brasil possuam o direito de adquirir aprendizados essenciais em sua trajetória acadêmica. Segundo os objetivos da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), ela possui um papel fundamental na formação até mesmo dos professores, pois procura garantir conhecimentos importantes que os alunos precisam desenvolver, visto que é um direito de acesso de informação e conhecimento. Como também, "ela pode orientar a construção do currículo e do projeto político pedagógico da escola e contribuir na definição de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento" (OLIVEIRA; FERREIRA, 2016, p. 50-51).

Com a BNCC, vale atentar-se aos embates presentes nas disciplinas de humanidades diante as OCN's – Orientações Curriculares Nacionais, que eram



responsáveis pelo desenvolvimento do ensino básico. As OCN's possuem como objetivo a integração de aluno e professor. Seu método de ensino está ligado a um desenvolvimento educacional humanizador, utilizando do contexto apresentado e da forma como desenvolver o ensino, em que os conteúdos e a didática utilizada serão baseados em estratégias que beneficie o aprendizado dos alunos. Em contrapartida, segundo Papim; Mendonça (2021) a BNCC prevê as de competências e habilidades a serem seguidas. Esta base curricular está centrada em uma organização única de ensino, em que os professores seguem um mesmo campo e contexto das atividades pedagógicas. O seu foco é a formação de pessoas com a capacidade de retorno financeiro rápido ao Estado, exigindo aos educandos um ensino formal que, neste, os alunos têm seus aprendizados avaliados baseados em notas de acordo com as competências exigidas.

A BNCC é estruturada em 10 competências que se complementam e que são necessárias para que ocorra um bom desempenho no aprendizado do estudante de ensino básico. É uma política pública válida para a Educação Básica de todo o país, logo, seu objetivo central é ordenar os componentes curriculares e as habilidades que devem ser ensinadas em cada nível educacional e etapa dos sistemas de ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio (BRASIL, 2018)

Diante da BNCC (BRASIL, 2018) e da Reforma do Ensino Médio, alguns pesquisadores da área do ensino de Sociologia, a exemplo do sociólogo Cristiano Bodart (2021), têm reiterado importantes preocupações com a manutenção da disciplina nas escolas, bem como a contratação de professores com formação específica, o que se justifica, porque, segundo a Lei nº 13415/2017, o documento da BNCC (BRASIL, 2018), na reforma da Lei do Ensino Médio, lista apenas Língua Portuguesa e Matemática como disciplinas obrigatórias para o ensino básico. Apresentando, portanto, a Sociologia apenas como parte do campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, juntamente com História, Geografia e Filosofia. Seus respectivos detalhes de conteúdo, habilidades e competências foram conceitualmente diluídos.

Sendo assim, diante da Medida Provisória (MP) nº 746/2016 (BRASIL, 2016), a qual fez essa alteração drástica à organização do Ensino Médio e retirando a obrigatoriedade de disciplinas, como Sociologia e Filosofia, notam-se ainda os obstáculos que as disciplinas, sobretudo a Sociologia, têm enfrentado para a sua permanência na Educação Básica. Lembrando que, apenas em 2008, com a Lei 11.684/2008 (BRASIL, 2008), a Sociologia havia tornado-se obrigatória a inclusão das disciplinas de Sociologia e



Filosofia na grade curricular do Ensino Médio e que até o ano de 2013, a orientação dos conteúdos que eram ministrados estava sob a responsabilidade das Diretrizes Curriculares do Ensino Médio de 1998.

É importante ressaltar que o ensino de Sociologia na Educação Básica tem como centro a transformação e proporciona o estranhamento dos fenômenos sociais que ocorrem na sociedade, tendo em vista que essa disciplina, no ensino básico, está cercada por conceitos e temas sobre problemáticas relevantes para serem debatidas em sala de aula, que também são discutidas pela Antropologia, nota-se que ambas são disciplinas que devem andar juntas, pois são cruciais na formação dos educandos, possibilitando uma formação crítica do contexto que vivem, por meio das teorias sociológicas estudadas nas escolas.

Assim, o ensino de Sociologia na Educação Básica, diante desse cenário conflituoso da não obrigatoriedade, necessita ser debatido pois proporciona ao aluno a capacidade de despertar reflexões críticas sobre temas, como: movimentos sociais, cidadania, desigualdade social etc. Conseguindo assim, desenvolver habilidades que serão essenciais para a sua formação. Posto isto, é fundamental lembrar que os profissionais capazes de ministrar essa disciplina na Educação Básica, em específico os sociólogos de formação, são graduados em Ciências Sociais, curso no qual as três áreas: Antropologia, Sociologia e Ciência Política, são disciplinas do Núcleo Básico de Formação.

A Base Nacional Comum Curricular, em sua versão atualizada de 2018, trouxe consigo novas maneiras de ministrar as disciplinas do ensino básico no Brasil. Com ela, surge o "Novo Ensino Médio", que apresentou mudanças nos componentes curriculares, tratando as disciplinas por áreas de conhecimento: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Nesta última, de acordo com a BNCC (BRASIL, 2018), possui um total de 6 competências que devem ser seguidas nas 4 disciplinas de Ciências Humanas no Ensino Médio (História, Filosofia, Geografia e Sociologia), como forma de aplicar a construção de aprendizagens essenciais na formação dos alunos no ensino básico de formação.

Em se tratando do Ensino Fundamental, as humanidades têm a função de estimular uma formação ética e a valorização dos direitos humanos na formação do indivíduo e suas ações em coletividade. No Ensino Médio, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas possui a função de incentivar a construção de diálogos entre os



indivíduos, assim como o incentivo de estabelecer uma conduta ética na sociedade. Para além, ainda no Ensino Médio, essa área é encarregada, segundo a BNCC (BRASIL, 2018):

As operações de identificação, seleção, organização, comparação, análise, interpretação e compreensão de um dado objeto de conhecimento são procedimentos responsáveis pela construção e desconstrução dos significados do que foi selecionado, organizado e conceituado por um determinado sujeito ou grupo social, inserido em um tempo, um lugar e uma circunstância específica (p. 562).

Sendo assim, ainda que a Antropologia seja, para muitos, definida como o estudo da humanidade, os alunos acabam por dificilmente esperar que essa ciência tenha algo importante para contar sobre eles (KELSO, 2010). Seguindo a lógica do autor citado, isso nos chama atenção para a maneira como os antropólogos apresentam algumas das curiosidades que estes descrevem em suas aulas e fazem comparações de um modo que costumamos explicar situações análogas em nossas vidas cotidianas, despertando assim, o pensamento crítico e reflexivo.

Nessa perspectiva, a importância do ensino de Antropologia na formação básica precisa ser levada em discussão, pois a contribuição que ela pode proporcionar para a formação do indivíduo é, sem dúvida, fundamental para se ter uma reflexão social, já que ela está na formação moral do indivíduo. O ensino de Antropologia pode oferecer para a sociedade um olhar mais reflexivo e crítico quantos aos problemas que se apresentam no mundo, pois, diante deles, o aluno poderá ter um olhar com menos juízo de valor e assim enxergando o outro sem as regras que lhe são naturalmente estabelecidas na sociedade, conseguindo despertar um olhar mais relativista das culturas.

Além de que, se fazendo uso do método etnográfico e da técnica de observação participante, pode auxiliar não só os educadores em formação, mas os que já atuam nas escolas, a fim de justamente despertar um olhar antropológico sobre a realidade que vivem (OLIVEIRA; SILVA, 2014). Como sinalizam os autores:

A Antropologia pode ser um diferencial dentro desse espaço de ensino. Por meio de seu método etnográfico e da sua técnica de observação participante, contribuirá para que os professores, tanto os que estão em formação, como os que já se encontram trabalhando nas escolas, desenvolvam um olhar e uma percepção mais próxima da realidade que faz parte do seu universo de trabalho. Esse diferencial, esse olhar antropológico do professor permitirá que ele desenvolva uma reflexão diferenciada com os seus



alunos, proporcionando aos mesmos uma visão mais ampla, mais aberta sobre o universo que circunda a sua vida pessoal e futuramente profissional, pois terão contato com as discussões e reflexões antropológicas na base da sua formação (OLIVEIRA; SILVA, 2014, p. 1-2).

Os autores citados entendem que a etnografia enquanto teoria, técnica e forma de escrita de pesquisas envolvendo aspectos culturais de uma determinada comunidade. A aproximação do pesquisador observando e participando da vida cotidiana, permite um estudo mais aprofundado de aspectos simbólicos da vida em sociedade.

Desse modo, o ensino de Antropologia pode auxiliar os estudantes da formação básica – os quais se tornarão futuros profissionais na sociedade – a terem uma relação de compreensão de suas particularidades a partir de seu próprio espaço social, sem discriminação e hostilidade, ou até mesmo com uma concepção bem menos etnocêntrica fazendo o exercício de relativizar (OLIVEIRA; SILVA, 2014). Sendo assim, de acordo com o texto citado, a Antropologia, na formação básica, é uma ferramenta chave para dar suporte aos alunos, a fim de que entendam que, para compreender esses grupos, precisam buscar entender a sociedade em que fazem parte. Assim, estabelecendo novas maneiras de se comportar e instigando uma investigação por explicações e concepções que foram naturalizadas socialmente.

Então, a importância da Antropologia na formação básica, é uma oportunidade tanto de aumentar a maneira de apresentar temas, quanto de ter uma reflexão acerca da realidade social trabalhada em sala de aula. Uma maneira de pôr isso em prática, é incluindo o método etnográfico como instrumento de suporte na Educação Básica. A etnografia pode se tornar um diferencial dentro dos ambientes escolares, trazendo contribuições para pesquisas no campo da educação (OLIVEIRA; SILVA, 2014).

Segundo Gusmão (1997), tanto a Antropologia como a educação, hoje, são compostas por debates comuns na sociedade globalizada, como: questões raciais, econômicas, sociais e de gêneros, todas com seus embates e objetivos a serem alcançados. Diante disso, a autora, em seu trabalho, mostra que dar ao aluno de pedagogia um encontro com o campo teórico da Antropologia, como também ao estudante de Ciências Sociais um aprofundamento do estudo da Antropologia no campo educacional, são fundamentais. Isto tudo, porque a educação não tem sido debatida de forma mais persistente dentro da Antropologia, assim como, também, não há o debate mais elaborado de outras abordagens teóricas, além do culturalismo de Franz Boas desenvolvido no anos de 1920 nos Estados Unidos.



No ponto de vista de Meirelles e Schweig (2008) nessa discussão, a Antropologia tem um papel fundamental para a sociedade, sobretudo, na Universidade, mas utilizá-la para além do meio acadêmico tem se tornado um enorme desafio, visto que se observam vários conflitos, como o de introduzir métodos, estratégias que possam trazer esse olhar antropológico para a sala de aula. Seguindo a mesma lógica dos autores citados, é necessário pensar como devem focar a Antropologia no ensino básico, ainda mais quando se quer utilizar da etnografia como instrumento de pesquisa em estudos nas escolas. Desta maneira, a Antropologia dentro da disciplina de Sociologia, pode ajudar não só aos alunos, mas também aos professores da Educação Básica a conhecer, a relativizar e refletir de forma crítica sobre a diversidade e a desigualdade na sociedade brasileira, desmistificando concepções que foram naturalizadas a respeito da compreensão que se tem sobre questões, como: raça, cor, etnia, identidade, entre outros assuntos.

Nesse sentido, fazer essa articulação da Antropologia com a Educação Básica é capaz de provocar fortes transformações na sociedade brasileira, pois pode despertar nos estudantes uma reflexão crítica em que obterão um conhecimento mais afincado e não apenas superficial sobre os assuntos trabalhados, uma vez que os conteúdos e temas da Antropologia adentrando na Educação Básica, a disseminação dela cresce para além dos muros acadêmicos (MEIRELLES; SCHWEIG, 2008).

Já, segundo a visão de Oliveira (2015), com a reintrodução da Sociologia na Educação Básica, é necessário desenvolver uma reflexão sobre qual o processo de formação docente nas Ciências Sociais, destacando a particularidade que cerca o ensino de Antropologia nessa formação e não somente pensar na importância que o ensino de Antropologia pode trazer para o ensino básico. Assim sendo, segundo sua perspectiva, é importante problematizar a respeito do lugar da Antropologia na formação docente no campo das Ciências Sociais. Como também ressalta que, a Antropologia é de suma importância não só no ensino superior, mas também na Educação Básica.

Assim, se espera que a Sociologia no ensino básico possa ser uma disciplina que abrange a pluralidade das Ciências Sociais, não se restringindo a um caráter exclusivamente sociológico (OLIVEIRA, 2015) e pondo em prática a Antropologia nas aulas. Dessa maneira, o autor, ao fazer um diálogo com a ideia de Gusmão (1997), nos evidencia que há uma crucial contribuição da Antropologia para o âmbito da educação de modo geral, além das questões particulares a respeito da formação de professores de Ciências Sociais. Então, precisa-se ter uma articulação entre as referências teóricas e



metodológicas da Antropologia além da prática docente, já que o objetivo das Ciências Sociais na Educação Básica é trazer esse estranhamento e modificar o mundo social, por conta da Antropologia que acaba proporcionando o questionamento do etnocentrismo, se utilizando da etnografia como pesquisa e ao mesmo tempo como prática pedagógica.

3. ESPAÇOS PARA O ENSINO DE ANTROPOLOGIA: DISCIPLINAS E TEMAS

Quando se trata da Antropologia como disciplina, é necessário entender que se refere a uma ciência interdisciplinar. Ao se referir à educação, além da Antropologia, existe um conjunto de diversas áreas de pesquisa e muitos educadores que não são formados em Ciências Sociais ou Antropologia que utilizam-se do “olhar antropológico”, que percebe o mundo a sua volta como repleto de diversos significados e práticas coletivas como formas de viver em sociedade, como meio para ajudá-los a realizar pesquisas de campo, o que é muito importante, mas que se torna mais fácil para os antropólogos, que já possuem expertise sobre etnografia e o trabalho de campo, por assim dizer. Porém, os antropólogos, encontram-se numa situação complicada quando têm de gerir cursos e disciplinas de âmbito acadêmico, seja por não possuírem conhecimento de base pedagógica, de como inserir tais conteúdo para seus discentes do ensino básico, que muito se difere quando comparado ao ensino superior, quanto para o desenvolvimento de atividades práticas da Antropologia (GUSMÃO, 1997).

Em seu ensaio *Antropologia e educação: origens de um diálogo*, Gusmão (1997) relata que a Antropologia e a educação estão em grande confronto, pois, a Antropologia é colocada no lugar de ciência, já a educação é utilizada como ferramenta da prática. Com isso, profissionais de ambas as áreas se apoiam e se julgam, usando de suas preposições da construção das duas histórias, que vem, muito antes, com a colonização europeia, por assim dizer, carregada de ideais, querendo “revolucionar” a educação e habitar o continente. Logo, Gusmão (1997) afirma que se deve atentar sempre em expor o que une ambos os fragmentos (Antropologia e educação), pois, em sua visão, o que os une é o que os separa e tudo é compreensível com base no passado, para, assim, construir um futuro positivo para a educação.

Na relação entre Antropologia e educação, abre-se um espaço para debate, reflexão e intervenção, que acolhe desde o contexto cultural da aprendizagem, acerca dos efeitos referentes às diferenças culturais, raciais, étnicas e de gênero, até os sucessos e fracassos do sistema escolar em face de uma ordem social em mudança. Nesse sentido, como ciência e, em particular, como ciência aplicada,



a Antropologia e os antropólogos estiveram, no passado e no presente, preocupados com o universo das diferenças e das práticas educativas. Se, como diz Galli, tais questões fazem convergir os estudos da cultura, no caso da Antropologia, e dos mecanismos educativos, no caso da pedagogia, possibilitando a existência de uma Antropologia da educação – tema e produto de uma grande conversa do passado, isto também ocorre no presente, posto que a Antropologia e a educação estabelecem um diálogo, do qual faz parte, também, o debate teórico e metodológico das chamadas pesquisas educativas, relacionadas às diversas e diferentes formas de vida que, neste final de século, estão ainda a desafiar o conhecimento (GUSMÃO, 1997, p. 2).

Cabe aqui entender que, ainda no século XX, a Antropologia e a educação possuíam grandes colaborações uma com a outra. A Antropologia mantinha contato com temas relacionados à cultura da infância e adolescência e os sistemas educativos informais. De acordo com o autor citado, Florestan Fernandes explicou, em 1966, a educação se baseia em proporcionar uma forma de ajuste psicossocial que usa a cultura como uma técnica social para manipular a consciência de massa e assim, formar uma nova personalidade (frequentemente encontrada em grupos tribais), mas, é claro que cada sociedade tem sua própria maneira de gestão educacional, o que não significa que o ser humano seja produto de uma cultura manipuladora, mas que está sujeito às mudanças propostas.

Ao se tratar do espaço para a inserção da disciplina de Antropologia na Educação Básica, Oliveira (2015) abre o debate sobre o ensino de Antropologia no Brasil, especialmente na formação de professores. O autor nos remete ao século passado, quando a disciplina ainda surgia "como cátedras de pedagogia antropológica nos cursos de formação de professores nas chamadas escolas normais" (OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA, 2015, p. 84-85), antes da criação dos currículos de Ciências Sociais, que surgiram apenas no início do século XX e, desta forma, introduziram a tradição intelectual clássica, que ainda hoje existe. A Antropologia começa a incorporar outros campos, como a Sociologia e a Ciência Política, em sua formação acadêmica. Nesse sentido, é um grande desafio, principalmente pela reintrodução da disciplina de Sociologia no ensino básico. Para o autor, o espaço que o ensino de Antropologia possui está dentro da disciplina de Sociologia e, neste, seus principais temas podem ser abordados de forma ampla.

O fato é que, nos cursos de Ciências Sociais, formam-se também professores e estes atuarão nas escolas ensinando os conhecimentos antropológicos aprendidos ao



longo de sua graduação, mobilizando, portanto, autores e conceitos dessa ciência, em articulação com a Sociologia e a Ciência Política (OLIVEIRA, 2015).

É importante ressaltar que a Antropologia é fundamental não somente no ensino superior, mas, também, na educação básica. Portanto, com a reintrodução da Sociologia neste nível de ensino, é possível fortalecer o desenvolvimento da reflexão sobre o processo de formação de professores. Nas Ciências Sociais, isto é construído em torno da reflexão sobre a heterogeneidade, de modo que se pode concluir que ela contribui para a formação de professores que atuarão na Educação Básica – ainda que uma disciplina específica de Ciências Sociais não exista nos currículos escolares, não apenas em termos de conteúdos de ensino, mas, também, na capacidade desta disciplina influenciar a prática docente dos professores.

Assim sendo, os professores de Sociologia, juntamente com os dos demais cursos de licenciatura na área das Ciências Humanas, visam a formação de método teórico em torno das áreas que compõem o currículo, a saber: Antropologia, Ciência Política e Sociologia, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Portanto, esses docentes atuam nas escolas, ensinando a Antropologia adquirida durante seus anos estudando no ensino superior (OLIVEIRA, 2015).

Nessa perspectiva, o debate entre Antropologia e educação é pouco explorado atualmente (MEIRELLES; SCHWEIG, 2008; GUSMÃO, 1997). Isso é uma realidade, porque poucos profissionais da Antropologia estão dispostos a se aprofundar no tema da educação, a menos que envolvam temas, como questões de povos tradicionais e religião. Dessa maneira, a forma como devem ensinar Antropologia dentro da disciplina de Sociologia, é justamente promovendo um debate vigoroso sobre temas pouco discutidos em sala de aula e agora implementando o tema "História e Cultura Afro-Brasileira", que ajudará os alunos a construir um senso de pensamento crítico sobre questões de raça, gênero, etnia e muito mais. Na qual, seguindo a concepção dos autores citados, esse método ajudará os alunos a desmistificar seus preconceitos sobre esses temas e a ter a capacidade de relativizar essas questões com os professores, mesmo referindo-se ao Ensino Fundamental.

Sendo assim, vale citar a coletânea organizada por Cristiano Bodart (2021), chamada *Coleção conceitos e categorias do ensino de Ciências Sociais*, a qual foi publicada justamente por um conjunto de livros sobre o ensino das Ciências Sociais. As produções são obras didáticas com o intuito de ajudar professores em sala de aula e tem como objetivo, orientar os docentes. Não são necessariamente livros didáticos comuns



distribuídos nas escolas, estes livros são ricos em qualidade teórica das Ciências Sociais, assim como, também, um trato pedagógico.

Os conhecimentos e discussões desenvolvidos na Antropologia não necessariamente são aplicados apenas por sociólogos e antropólogos, mas também podem ser conduzidas por estudiosos das demais Ciências Humanas, porém, poderá não apresentar a competência que a disciplina necessita para servir de base para os discentes. E se tratando do ensino básico, as análises e críticas da Antropologia também podem ser ressaltadas nas disciplinas de Geografia, História e Filosofia. Logo, o ensino de Antropologia perpassa por muitas vertentes dentro das humanidades, através de seus conteúdos e análises que compõem os componentes curriculares delas, como: o reconhecimento das diferenças sociais, incentivo de uma visão crítica diante das realidades apresentadas, o entendimento das relações sociais de forma ampla, a construção do sujeito ético e moral, além de incentivar a compreensão de processos e fenômenos sociais, políticos e culturais. Temas, esses, que são diretamente apresentados pela Antropologia através da Sociologia.

4. QUEM DEVE ENSINAR ANTROPOLOGIA

O papel de ensinar Antropologia na Educação Básica está na responsabilidade dos docentes das Ciências Humanas e Sociais aplicadas, visto que, na graduação que formaram os mesmos, estão presentes conteúdos específicos da Antropologia. No entanto, ocorre que o docente de Sociologia, em específico, possui um conhecimento mais aprofundado sobre os temas que são apresentados pela Antropologia e consegue desenvolver atividades que envolvam seus alunos, assim como, também, incentiva os estudantes a terem uma visão mais crítica sobre as problemáticas da sociedade através das lentes desta ciência, possibilitando que os mesmos possam ter um olhar crítico para com a sua realidade, se utilizando de atividades didáticas.

Isto é citado no livro *Conceitos e categorias fundamentais do ensino de Antropologia*, do professor Cristiano Bodart (2021), divulgado na revista *Café com Sociologia*. Segundo a revista, esta obra foi feita coletivamente e voltada à Sociologia do Ensino Médio, contendo textos, dicas de leituras, estudos e tarefas didáticas feitas para serem utilizadas em salas de aula pelo professor. Assim, este conseguirá, com esta técnica, desenvolver nos estudantes o prazer pela pesquisa e despertar o seu lado investigativo, de análise e crítica de algum fenômeno que esteja ocorrendo na sua realidade (OLIVEIRA; SILVA, 2014).



Dessa forma, a partir das reflexões antropológicas que o professor vai instigar nos alunos, o próprio educador passa a compreender a lógica do outro, não com inferioridade e de forma etnocêntrica, mas fazendo essa relativização e nesse sentido, para os autores citados, a Antropologia pode provocar mudanças significativas no ensino básico, pois pode proporcionar uma transformação na sociedade completamente. Cabe dizer que esta é uma tarefa que exigirá um esforço do professor, entretanto, é importante pensar em tarefas que os estudantes consigam aprender a fazer essa articulação da teoria com a prática, excedendo os limites da sala de aula (OLIVEIRA; SILVA, 2014).

No ponto de vista de Oliveira (2015), os estudiosos da área de Antropologia e Ciências Sociais são os que devem ensinar a disciplina, visto que ela constitui um dos eixos centrais na formação dos professores no campo das Ciências Sociais. Estes profissionais estudam e se preparam para ministrar aulas de Sociologia nas escolas de ensino básico. Entretanto, ao que se observa, é que os modelos formadores na graduação necessitam ser reconsiderados, de modo que reforcem o diálogo entre as três áreas (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e a educação para o Ensino Fundamental.

Dessa forma, por conta da distinção que é feita entre a licenciatura e o bacharelado em Ciências Sociais, dentre outras áreas, ocorreu uma certa desvalorização da própria função do educador em nível básico. Sendo assim, nota-se que isso tornou-se um obstáculo e é necessário ser desenvolvido um debate a respeito da formação dos bacharéis e dos licenciados nas Universidades (MEIRELLES; SCHWEIG, 2008).

Meirelles e Schweig (2008) afirmam que tanto antropólogos quanto professores de Sociologia deveriam ensinar Antropologia, desde que os primeiros, em suas perspectivas, se utilizem de metodologias de ensino que possam ser ministradas para o ensino básico e que seja por um profissional com formação docente em Ciências Sociais, o qual recebeu de igual conhecimento os assuntos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Isto se justifica, pois, muitos profissionais, não só da área, mas também de outras áreas de atuação, usam da Antropologia sem estabelecer um diálogo mais afimco com a carga tradicional antropológica existente. Dessa forma, é fundamental refletir no modo como o professor vai poder trabalhar com os assuntos que envolvam a Antropologia em sala de aula.

Além de que os professores da Sociologia podem ensinar Antropologia utilizando de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) para auxiliar o aluno a realizar pesquisas relacionadas a problemáticas atuais, pois, já que ela se encontra dentro da



Sociologia, no Ensino Médio, passariam a utilizar das TIC's como uma maneira de possuir um alcance completo da disciplina, passando pelas três áreas das Ciências Sociais. Este não é um trabalho fácil para o profissional, porque além de ter que dominar as TIC's, também precisa adaptá-las ao ensino da disciplina. Tendo em vista que não é uma tarefa simples transmitir as teorias das Ciências Sociais para o ensino básico com pedagogias vistas como tradicionais (ERAS & FEIJÓ, 2019).

5. A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

Em *Aprendendo a pensar com Sociologia*, de Zygmunt Bauman e Tim May (2010), determina-se que a Sociologia é um "corpo acumulado de conhecimentos e práticas", sendo uma verdadeira disciplina. Para os autores, ao se referirem a Sociologia como uma disciplina, conceituam que ela é de fato um conjunto de práticas a serem desenvolvidas com o intuito de disciplinar. Os mesmos inserem o questionamento do que seria a Sociologia, do que ela trata e estuda. Não basta apenas incluí-la nas discussões sobre sociedades.

Desse modo, o que torna a Sociologia diferente dos outros "corpos de conhecimento"? Diferentemente das demais Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Psicologia), a Sociologia se destaca, visto que a mesma está preocupada em como o ser humano se comporta entre os outros sujeitos e como essas relações são desenvolvidas. Segundo Bauman e May (2010, p. 11):

Assim, a História diz respeito às ações que têm lugar no passado, enquanto a Sociologia se encontra nas ações atuais. Desse modo similar, a Antropologia trata de sociedades humanas em estágios de desenvolvimento diferentes em que se encontra a nossa (independentemente da maneira como isso seja definido).

Diante disso, para os autores, a questão central da Sociologia é analisar as interações sociais entre os indivíduos de uma sociedade ou comunidade e até que ponto foram influenciados a agir de forma a alcançar um determinado resultado, de modo que o indivíduo pense que a ação é uma ação isolada. O sujeito é moldado pelos significados da sociedade em que está inserido e essas interações que ocorrem são objetos de estudo da Sociologia.

A educação, enquanto algo "humano", mostra que pode proporcionar uma liberdade que é real e não fictícia, a qual permite o ser humano ser levado para fora das estruturas de poder que são claramente infundadas na sociedade, permitindo ir adiante,



sustentar a vida e proporcionar novos começos para as gerações que ainda virão (INGOLD, 2020). Desta forma, o autor citado sinaliza que a relação da Antropologia com a educação é a de oferecer a capacidade de se atentar justamente para coisas e para o mundo, a fim de que o estudo antropológico possa ser visto como inteiramente educacional. Entendendo que a sala de aula é um espaço em que grande parte do fazer antropológico entra em ação, pois é um lugar de transformação criativa em que são usadas concepções dos anteriores para ir mais longe, para além do que pudesse ter sido desenhado por estes.

Além, também, do próprio papel da Sociologia que estimula e incentiva a reconectar com as próprias experiências e entendimentos sobre o outro e o mundo. Podendo tornar não só indivíduos mais sensíveis, mas também flexíveis em se tratando da diversidade, com olhares mais críticos para além das experiências instantâneas em que se vivem a partir de uma reflexão sociológica de fato (BAUMAN; MAY, 2010). Assim, entendendo que, na ideia dos autores citados, a Sociologia tem a capacidade de promover solidariedade entre os indivíduos, assim como está fundamentada no entendimento e no respeito que são recíprocos, visto que ela tem consigo um grande acúmulo de aprendizagens. Pelo exposto, nota-se que a disciplina é fundamental para ser desenvolvida no ensino básico, assim como as demais disciplinas que fazem parte do eixo das humanidades, segundo a BNCC (BRASIL, 2018).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível encontrar fatores em comum entre a Antropologia, quando unificada à educação, que fazem de ambas complementares. Sendo o sujeito e a sua cultura o objeto de estudo da Antropologia, faz com que ela tenha uma ligação direta com a educação, visto que ela também trabalha com a formação e o agir desses sujeitos. Logo, para que ocorra uma comunicação de qualidade entre essas ciências, é necessário que haja uma valorização sobre o ensino de Sociologia na Educação Básica, pois ela é a ponte que interliga a Antropologia e a educação. É nessa perspectiva que os professores de Sociologia precisam dedicar-se na abordagem de temas antropológicos em suas aulas. Dado que é nesta disciplina que as Ciências Sociais ingressam no ensino básico, a Sociologia, então, assume a responsabilidade e o desafio de pensar a operacionalização do seu conhecimento.

Os Sociólogos e Antropólogos, citados neste trabalho, corroboram com a certeza de que a Antropologia é essencial para a Educação Básica de ensino. A Sociologia



possibilita a construção de uma consciência crítica diante dos fenômenos sociais que quando observados pela visão da Antropologia, juntamente da técnica de “observação participante”, tornarão os objetivos de desenvolvimento e aprendizagem alcançados de forma eficaz. Sendo assim, o ensino de Antropologia, como indicado pelos autores aqui apresentados, deve ser aplicado e desenvolvido por profissionais que possuem formação em Ciências Sociais, visto que esses sujeitos possuem um profundo conhecimento dessa ciência.

Para além da formação de consciência crítica, a Antropologia proporciona aos estudantes uma forma particular de observar o mundo, naturalizando as concepções para com culturas e práticas que diferem da sua realidade, principalmente quando aplicada ainda na Educação Básica, que é base de formação do sujeito crítico.

Além dos temas e experiências do ensino da mesma diante do cenário pandêmico, uma vez que diversas áreas da educação foram afetadas de forma brusca e acarretaram em grandes impasses no fazer ciência. Por meio de revisão de literatura, neste artigo, verifica-se que o ensino de Antropologia e Sociologia andam de mãos dadas na construção das disciplinas da Educação Básica. Portanto, a pesquisa corroborou para o esclarecimento de algumas questões associadas ao ensino de Sociologia com bases antropológicas no ensino básico. A próxima temática a ser debatida pelos pesquisadores da área são as questões estruturais do ensino básico brasileiro e qual o lugar das disciplinas das Ciências Sociais no debate .

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim, **Aprendendo a Pensar com a Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010.

BODART, Cristiano das Neves (org.). **Conceitos e Categorias fundamentais do ensino de Antropologia**. 1. ed. Maceió, Al: Editora Café com Sociologia, 2021. (Coleção Conceitos e Categorias do ensino das Ciências Sociais).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html). Acesso em 12 de set. 2022.

BRASIL. **Lei Ordinária 11.684 de 02 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 de junho de 2008.



BRASIL. **Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de setembro de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

DE FREITAS, Maria Cristina Leal; FRANÇA, Carlos Eduardo. História da sociologia e de sua inserção no ensino médio. **Movimentação**, v. 3, n. 5, p. 39-55, 2016.

ERAS, Lúgia Wilhelms; FEIJÓ, Fernanda. O universo digital no espaço das metodologias de ensino de ciências sociais/sociologia na educação básica: experiências, lacunas e perspectivas". In: HAYDÉE CARUSO, Mário Bispo dos Santos. **Rumos da Sociologia na Educação Básica: Reformas, resistências e experiências de ensino**. Porto Alegre: CirKula, 2019, p. 102-115.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia e educação: origens de um diálogo. **Cadernos Cedes**, v. 18, p. 8-25, 1997.

INGOLD, Tim. **Antropologia e/ou como educação/** Tim Ingold; tradução Vitor Emanuel Santos, Leonardo Rangel dos Reis. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. - (Coleção Antropologia).

KELSO, Jack. Teaching Anthropology: Some Strong Opinions. **Teaching Anthropology: SACC Notes**, v.2, n.16, p.17-22, november, 2010.

MEIRELLES, Mauro; SCHWEIG, Grazielle R. Para além dos muros da Universidade: contribuições da Antropologia para a Lei 10.639/03 e o Parecer 38/06 do CNE/CEB1. Trabalho apresentado na **26ª. Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008.

OLIVEIRA, Amurabi. O Ensino de Antropologia na formação de Professores de Ciências Sociais. **Revista Café com Sociologia**, v. 4, n. 2, p. 84-97, 2015.

OLIVEIRA, Rubia Machado; SILVA, Juliana Franchi. **A Presença da Antropologia no Ensino Básico**. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto, Natal/RN, 2014.

PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. O impacto da BNCC no ensino de Sociologia para o Ensino Médio: o retrocesso mediante as OCN. **Anais do 45º Encontro Anual da ANPOCS**. Brasília, 2021.

